



HISTÓRIA PÚBLICA E REDES SOCIAIS NA INTERNET: ELEMENTOS INICIAIS PARA UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

Bruno Leal Pastor de Carvalho
Universidade Federal Fluminense
brunoleal2003@gmail.com

Resumo:

Nos últimos anos, as redes sociais na Internet converteram-se em um grande fenômeno histórico. Minha intenção neste artigo é discutir porque essas redes sociais são importantes para o campo da História Pública e de que forma os historiadores públicos podem se valer delas para elaborar seus projetos. Além disso, uso o espaço deste artigo para compartilhar um projeto de sucesso de História Pública em redes sociais na web: o Café História, que alcança hoje milhares de pessoas no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: História Pública; Redes Sociais; Internet.

Abstract:

In the past few years, social networking sites have become a huge historical phenomenon. My intention in this article is to discuss why these sites are important to the Public History and how public historians can use it to develop their projects. In addition, I use this paper to share a successful public history project of Internet social networks: the *Café História*, which reaches thousands of people.

Keywords: Public History; Social Networks; Internet.

História Pública: história em expansão

A dimensão pública da história e a atuação do historiador para além dos limites acadêmicos não é uma novidade. Leopold von Ranke, um dos principais nomes da história no século XIX, foi o historiógrafo real da corte prussiana e membro do Conselho Prussiano (Bentivoglio, 2010, pp.136-137). Jacob Burckhardt, neste mesmo século, foi editor do *Basler Zeitung*, um importante jornal conservador local especializado na cobertura de conflitos políticos na região da Basiléia (Oliveira, 2006, p.68). Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Office of Strategic Services* (OSS) contratou diversos historiadores como consultores, sendo que um deles, Walter L. Dorn, especialista em história prussiana, tornou-se conselheiro do governo militar americano na Alemanha ocupada (Gimbel, 1968, p.37). Reconhecendo o quão antiga é a atuação do historiador para além do gabinete de ofício, Graeme Davison afirmou: “História Pública é o novo nome para a mais velha de todas as histórias” (Davison, 1991, p.4).

Foi apenas recentemente, no entanto, que os historiadores passaram a usar o termo História Pública para se referir ao seu engajamento profissional com a vida pública. Para compreender a complexidade deste campo de estudos (e de práticas) devemos observar um conjunto de ideias e projetos surgidos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Na Europa, os ingleses foram os pioneiros. A partir de 1967, Raphael Samuel, no Ruskin College, em Oxford, Inglaterra, organizou uma série de oficinas e seminários voltados para acadêmicos e não acadêmicos. Nesses encontros, mais tarde conhecidos como *Movimento Workshop*, “predominava a concepção de que seria possível democratizar e refletir sobre os usos políticos do passado no presente por meio de uma ‘história vista de baixo’, incluindo trabalhadores, família, estudantes e, mais tarde, o movimento feminista” (Almeida & Rovai, 2013, p.2). A iniciativa de Samuel foi tão bem-sucedida que alguns anos depois, em 1976, foi lançada a revista *History Workshop Journal*, que influenciou toda uma geração de historiadores públicos. Na Europa, portanto, a História Pública esteve empenhada em desvendar como são processados os usos políticos da história e em descobrir como diferentes grupos sociais elaboram seus sentidos do passado.

Fora da Europa, a contribuição norte-americana foi talvez ainda mais importante. Em 1975, Richard Kelly, professor da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, diante de uma grande crise de desemprego que atormentava os

historiadores daquele país, usou o termo “História Pública” para se referir à atuação dos historiadores fora do meio universitário. Segundo Davison, Kelly foi o primeiro a usar o termo História Pública da maneira como, em geral, usamos hoje, ou seja, como um novo campo de atuação e reflexão dos historiadores (Davison, 1991, p.5). Também foi ele quem fundou a revista *The Public Historian*, em 1976, referência ainda hoje em História Pública no mundo. No primeiro número da revista, Kelly definiu *Public History* como “o trabalho de historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, nas empresas privadas, nos meios de comunicação, nas sociedades históricas, museus e até mesmo em espaços particulares.” (Kelly, 1976, p.1). O foco, portanto, estava na empregabilidade. A partir de então, a História Pública tomou grande impulso nos Estados Unidos, obtendo apoio do *Oral History Institute* e o patrocínio do *National Council on Public History* (NCPH), organização interdisciplinar criada em 1979.¹

Nos anos 1980 e 1990, a História Pública expandiu-se e consolidou-se em diversos lugares, com predomínio de países de língua inglesa, como Canadá, África do Sul e Nova Zelândia, além de estabelecer um profícuo diálogo com outros campos interdisciplinares, caso da memória, da divulgação científica, do patrimônio e da História Oral. Na Austrália, a História Pública também encontrou enorme eco. Dois acontecimentos naquele país são bastante importantes: a criação da revista *Public History Review*, em 1992, pela Associação de Historiadores Profissionais, e o estabelecimento do *Australian Center for Public History*, em 1998, que nasce com o intuito de “promover a prática e a compreensão da História Pública tanto na academia como no meio comunitário”.² Hoje há diversos cursos universitários em História Pública no mundo³ e, desde 2009, funciona uma Federação Internacional de História Pública.⁴

¹ Esta primeira perspectiva norte-americana da História Pública foi atacada por outros acadêmicos no país, como Ron Grele, que a considerava limitada, velha, corporativa e oportunista. Para saber mais sobre essas críticas, conferir: LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

² Australian Center for Public History: <http://www.uts.edu.au/research-and-teaching/our-research/australian-centre-public-history>

³ São algumas universidades que oferecem esses cursos: University of York (Inglaterra), College of Arts & Sciences (Estados Unidos), Carleton University (Canadá), North Carolina State University (Estados Unidos), Royal Holloway University of London (Inglaterra), New York University (Estados Unidos), Ruskin College (Inglaterra) e Università Degli Studi di Modena e Reggio Emilia (Itália), entre outras tantas.

⁴ Cf. <http://ifph.hypotheses.org/>

No Brasil, a História Pública vem crescendo rapidamente nos últimos anos. Um importante marco foi a oferta do “Curso de Introdução à História Pública” em 2011, na Universidade de São Paulo. Idealizado por Ricardo Santhiago e com o apoio do Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual, então coordenado por Sara Albieri, o curso recebeu 120 inscritos e teve outras 109 pessoas na lista de espera. Santhiago explica a configuração e a proposta daquele curso:

Composto por oito “*master classes*”, seu currículo centrava-se essencialmente em questões práticas: como fazer memória empresarial, como publicar história oral, como unir história e audiovisual, quais os princípios básicos para o trabalho em arquivo, como promover produções históricas por meio da divulgação científica e da assessoria de imprensa na área de história, como transformar uma pesquisa acadêmica em um programa de rádio ou *podcasts*. Seu direcionamento era claro: buscava-se semear uma ideia de história pública voltada à incorporação do historiador no mercado de trabalho e à inserção da história na cultura das mídias. Com isso, privilegiava-se uma vertente de história pública, entre outras: uma história feita *para* o público, que focaliza a ampliação das audiências. (Santhiago, 2016, pp.26-2)

À realização do curso, seguiram-se outros acontecimentos de relevo para o desenvolvimento da História Pública no Brasil, como: o lançamento do livro “Introdução à História Pública”, em 2011, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Rovai, o primeiro sobre o tema no país; o “1º Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos”, realizado em 2012 na Universidade de São Paulo; a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), também no ano de 2012; e o “2º Simpósio Internacional de História Pública”, realizado em 2014 na Universidade Federal Fluminense, que acabou por originar a produção de mais um livro sobre o assunto: “História Pública no Brasil – Sentidos e Itinerários”, organizado por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago, em 2016.

A internacionalização da História Pública vem fazendo com que o termo assuma várias definições, sempre ao sabor das recepções que encontrou em cada país. Embora essa pluralidade possa gerar alguns desafios, não se trata de um problema *a priori*. Ao meu ver, demonstra, pelo contrário, o próprio vigor do campo. Jill Liddington pergunta e, ao mesmo tempo, responde:

“a ‘história pública’ é um guarda-chuva tão acolhedor a ponto de oferecer abrigo a todas as formas de história ‘popular’ - seja ela a história oral ou a ‘história dos povos’, a ‘história aplicada’ ou os ‘estudos do patrimônios’? A

resposta, provavelmente, é um generoso ‘sim’: deixai que mil flores desabrochem”. (Liddington, 2011, p. 32)

Para alguns autores, sobretudo norte-americanos, a História Pública fala fundamentalmente sobre a atuação do historiador fora da universidade – em museus, arquivos, curadorias, consultorias, empresas, órgãos governamentais, veículos de mídia, etc. Já para os autores ingleses, falar de História Pública é uma forma de desconstruir a maneira como se formam as representações públicas do passado, ou seja, trata-se de uma história com verniz político. Por seu turno, Almeida e Rovai, no Brasil, valorizam a capacidade de democratização do saber:

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene. (Almeida & Rovai, 2011, p.7)

Apesar de já contar com mais de quarenta anos de existência, a História Pública vive hoje um momento de otimismo e de pura inovação. A razão para tanto é o rápido avanço das tecnologias de informação e da comunicação, campo do qual, a propósito, a História Pública sempre foi tributária. De todas as recentes inovações, a *Web 2.0* é certamente aquela que mais tem desafiado os historiadores públicos. Conforme sublinha Juliano Spyer, o termo foi lançado em 2004 pela empresa de mídia *O’Reilly Media* durante uma conferência anual de tecnologia nos Estados Unidos.

Em sua origem ele deveria distinguir sites ou aplicativos com baixo custo de desenvolvimento, em que o conteúdo surge de baixo para cima (Bottom-up) a partir do relacionamento entre participantes (User generated content ou UGT), e que pode combinar as soluções e o conteúdo de mais de um site para produzir uma experiência integrada. (Spyer, 2007, p.28)

No fim das contas, porém, o termo foi além, sendo usado para designar qualquer site baseado na colaboração orgânica e social do usuário. A “cultura da colaboração” da *Web 2.0* foi o canto da sereia para os historiadores públicos. E isso não deve surpreender, afinal de contas a História Pública, não importa qual a vertente, sempre buscou aproximar o grande público dos processos de construção da história.

Gerald Zahavi, historiador da História Pública, compreende as novas possibilidades criadas pela Internet e a chamada História Digital (Carvalho e Lucchesi, 2016) como “um dos mais empolgantes e promissores movimentos da área”. (Zahavi, 2011, p.58). Michael Frisch, especialista nos campos da História Pública e da História Oral, tendo em vista a documentação de depoimentos orais, enxerga nas novas tecnologias da informação e da comunicação um horizonte libertador:

incluo-me entre as pessoas que trabalham em novos modos digitais para libertar a história oral das amarras que até pouco tempo atrás tinham, paradoxalmente, tornado as gravações que definem o método amplamente inacessíveis e subutilizadas em quase todos os lugares em que se pratica história pública e documentário. (Frisch, 2016, p.63).

Em estudo recente, Meg Foster afirma que a história está alcançado e interagindo com o público de forma inédita e que não há como voltar atrás. Foster destaca principalmente a centralidade da colaboração neste processo:

a Internet e a História Pública estão poderosamente conectadas em nosso *user generated world*. Uma vez que já se fez tal progresso com a *Web 2.0* para se ter acesso ao passado, é impossível não ver a Internet como parte significativa do futuro da História Pública (Foster, 2014, p.15)⁵.

Dada a novidade de tudo isso, há muitos aspectos relacionados à Internet que ainda não foram devidamente explorados, mas que são centrais para o desenvolvimento do campo da História Pública. Um desses aspectos são as redes sociais online. Os números não escondem o tamanho do fenômeno. Em 2015, o *Facebook* anunciou ter alcançado 1 bilhão de usuários conectados no mesmo dia. Isso quer dizer uma em cada sete pessoas no planeta.⁶ Os brasileiros, vale observar, destacam-se nas rede sociais. A pesquisa “Futuro Digital em Foco Brasil 2015”, divulgada pela consultoria *comScore*, mostrou que os brasileiros são os que mais passam tempo em redes sociais no mundo: 650 horas por mês.⁷ De acordo com a pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2013*, 79% dos usuários de Internet entre 9 e 17 anos

⁵ Livre tradução a partir do texto original em inglês.

⁶ G1, “Facebook bate marca de 1 bilhão de usuários conectados em um único dia”, 27/08/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/08/facebook-bate-marca-de-1-bilhao-de-usuarios-conectados-em-um-unico-dia.html>. Acesso em: 03/07/2016.

⁷ O Globo, “Brasileiros gastam 650 horas por mês em redes sociais”, 20/05/2015. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/nas-redes/post/brasileiros-gastam-650-horas-por-mes-em-redes-sociais-567026.html>. Acesso em: 03/07/2016.

possuem perfil em redes sociais.⁸ Mas o que isso tudo tem a ver exatamente com a História Pública? Por que os historiadores em geral devem se importar com as redes sociais online?

História Pública e Redes Sociais

Há três grandes razões para se acreditar que as redes sociais na Internet são importantes para os historiadores. Em **primeiro lugar**, essas redes reúnem milhões de pessoas. Nunca o historiador teve meios suficientes para alcançar um público tão amplo e heterogêneo. Refiro-me aqui, portanto, a uma das principais dimensões da História Pública: a divulgação científica. Desejamos divulgar a produção do conhecimento histórico para o grande público não só porque valorizamos o trabalho desenvolvido em nossos centros de pesquisa, mas porque acreditamos que, ao compartilhar esses saberes, podemos contribuir para formar uma sociedade mais crítica, esclarecida e democrática. Neste sentido, podemos dizer que a excelência de uma universidade ou centro de pesquisa também pode ser medida pela quantidade e qualidade de seus projetos de divulgação científica. Uma universidade que não investe em divulgação para o grande público tende a se distanciar da sociedade e da cultura que a cerca.

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet. E mais importante ainda é saber ocupar bem esses espaços, como sublinha Cleyton Carlos Torres, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade de Campinas (Unicamp) e editor do blog “Mídia8”:

A devastação que a internet – e as redes sociais – pode gerar é comparável à velocidade de pólvora e fâisca, usadas para iluminar ou destruir. O poderio que tais meios oferecem a centros de pesquisas reconhecidos ou a simples anônimos que querem debater sobre ciência reforça a ideia de que não basta estar nas mídias sociais, mas é preciso saber como atuar nessas plataformas,

⁸ CGI.br, “79% das crianças e adolescentes brasileiros que usam..”, 06/08/2014. Disponível em: <http://www.cgi.br/noticia/79-das-criancas-e-adolescentes-brasileiros-que-usam-internet-possuem-perfil-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 03/07/2016.

sobretudo em momentos de crise, ou seja, se um pesquisador, uma pesquisa ou um instituto é mal interpretado nesse ambiente, agir de modo adequado e rápido é mais do que essencial, pois pode impedir que uma desinformação em cadeia seja construída. A superexposição da ciência no ambiente digital, quando não programada e bem desenvolvida, tem mais a desconstruir do que construir. É inegável que uma informação mal utilizada possa desencadear um processo negativo na percepção do público, ainda mais quando estamos falando em informação repassada a um determinado público. (Torres, 2016)

A comunidade científica internacional tem estado atenta a esses desafios nos últimos anos. Em 2013, a divulgação de informações sobre pesquisas científicas em mídias sociais foi tema de uma das mesas do encontro anual da AAAS (American Association for the Advancement of Science) em Boston, Estados Unidos. Em 2016, no Rio de Janeiro, ocorreu na Fundação Oswaldo Cruz uma iniciativa parecida com a organização de uma mesa de debate intitulada “O papel das mídias sociais no periodismo científico”, parte do workshop internacional “Desafios de revistas interdisciplinares: experiências do Reino Unido, Brasil e América Latina em história, ciências sociais e humanidades”. O evento foi produto de um projeto de colaboração de um ano apoiado pela British Academy entre a revista brasileira *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, publicada pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, e o periódico britânico *Journal of Latin American Studies*, publicado pela Cambridge University Press.

Em **segundo lugar**, as redes sociais na Internet representam um enorme poder de colaboração popular. A História Pública não está interessada apenas em divulgar o conhecimento histórico. Ela também está interessada em fazer com que os diversos segmentos da sociedade participem da construção deste conhecimento. Logo, nada mais natural do que os historiadores lançarem mão das redes sociais em seus projetos de História Pública. Isso não quer dizer que a história seja uma mera produção de narrativas que qualquer pessoa, independente de formação e somente a partir de suas próprias opiniões e experiências, possa elaborar. Devemos entender que a história, embora não raro seja tomada como sinônimo de passado, é um produto intelectual sobre o passado, uma representação produzida por historiadores profissionais ao mobilizar uma série de pressupostos normativos. Por outro lado, a história também pode ser escrita de forma mais próxima das grandes massas, dos anônimos, dos não historiadores, das camadas sociais que durante tanto tempo se viram como uma voz silenciada na historiografia. A partir do momento em que o historiador lança mão das redes sociais para compartilhar o saber histórico produzido no âmbito acadêmico, ele

possibilita ao grande público produzir críticas, elaborar falas e até mesmo contribuir para a construção continuada deste saber, afinal de contas, as redes sociais, mais do que meros pontos de difusão do conhecimento, permitem o diálogo, a interlocução, o contar histórias e “estórias”, permitem, inclusive, a descoberta de documentos históricos que dificilmente seriam encontrados por meio de pesquisas convencionais. Uma rede social na Internet que trata, por exemplo, de História Urbana, pode funcionar como uma ponte que permita moradores de um bairro ou de cidade compartilhar relatos, fotografias e outras relíquias do passado. Desse modo, o uso das redes sociais pelo historiador público vai além da divulgação do saber histórico, incluindo sua popularização. Como aponta Marcelo Germano, afinal, popularizar a ciência:

É colocá-la no campo da participação popular sob o crivo do diálogo com os movimentos sociais. É convertê-la ao serviço e às causas das maiorias e minorias oprimidas numa ação cultural que, referenciada na dimensão reflexiva da comunicação e no diálogo entre diferentes, oriente suas ações respeitando a vida cotidiana e o universo simbólico do outro. (Germano, 2011, p.305)

Essa perspectiva inclusiva pode parecer bastante evidente para nós no presente, mas foi fruto de uma longa luta de abertura da historiografia para o mundo não acadêmico. Desde o final dos anos 1960, essa aproximação vem sendo incentivada por inúmeros movimentos historiográficos, caso da “Nova História”, com suas novas abordagens, métodos e fontes, dos chamados *The Subaltern Studies*, liderados por pesquisadores da Ásia interessados nos debates pós-coloniais, e também pela História Oral que, ao valorizar o depoimento do indivíduo, suas experiências e memórias como constitutivas de uma história efetivamente social, deu visibilidade a camadas sociais que frequentemente eram apagadas das narrativas históricas em detrimento de figuras públicas ou de grandes forças ou processos históricos.

Em **terceiro lugar**, as redes sociais na Internet interessam aos historiadores porque elas são um dos fenômenos históricos mais importantes da história da comunicação e da história contemporânea. E como fenômeno histórico, constitutivo da experiência dos homens no tempo e no espaço, podem e devem ser tomadas como objeto de estudo do historiador. A importância dessas estruturas sociais é bastante evidente. As atividades básicas de nossas vidas pessoal e profissional passam hoje pelas redes sociais na Internet. Nessas redes vamos observar uma circularidade de

valores, conceitos e ideias. São constitutivas para a formação de uma renovada esfera pública. O poder dessas redes é tão grande que governos, figuras populares e instituições vêm tomando cada vez mais cuidado na forma como se apresentam nesses espaços. E essas redes sociais são usadas para diversos fins: comunicação, pesquisa, estudo, comércio, relações institucionais, pronunciamentos políticos, política partidária, movimentos sociais, protestos, avaliação de produtos e marcas, enfim, nada hoje parece intocado pelo poder das redes sociais *online*. É surpreendente, por exemplo, a centralidade das redes sociais para a compreensão dos mais recentes movimentos sociais e políticos no mundo Árabe. “Um ano antes do levante do Egito, o número de usuários de *Facebook* na região cresceu significativamente de 14 milhões em Abril de 2010 para 21 milhões no início de 2011”. (Martens-Edwards, 2014, p.42). Mesmo grupos terroristas, como o Estado Islâmico, avessos aos valores e produtos ocidentais, tem se valido das redes sociais, principalmente o *Youtube* e o *Twitter*, para propagar seus atos de terror.

Talvez pela primeira vez nós tenhamos uma sociedade realmente global. Isso não significa, no entanto, conforme aponta Manuel Castells, “que as pessoas do mundo todo participam das redes. De fato, no momento, a maioria não participa. Mas o mundo inteiro se vê afetado pelos processos que tem lugar nas redes globais desta estrutura social”. (Castells, 2009, p.51). Cabe ao historiador compreender como o fluxo informacional que corre por essas redes constituem valores, relacionam-se com questões como nacionalismo, identidade, ideologia, gênero, racismo, entre outras. As redes sociais, portanto, significam tanto fonte como objeto de estudo do historiador.

Atuando nas redes sociais: por uma “atitude de presença”

Conforme explica Castells, uma rede é um “conjunto de nós interconectados. Os nós podem ter maior ou menor relevância para o conjunto da rede, de forma que os especialmente importantes se denominam ‘centros’ em algumas versões das teorias das redes”. (Castells, 2009, p.45). Em outras palavras, diferente do que pode imaginar o senso comum, o princípio da horizontalidade do poder em um ambiente de rede pode ser enganoso sob certos aspectos. Em uma rede nem todos os “nós” (que podemos entender também como agentes, sujeitos, pessoas, organizações e até mesmo blogs e sites, já que a Internet é uma grande rede em si mesma) possuem a mesma relevância do ponto de vista da estrutura organizacional. Um “centro”, como

explica Castells, é uma referência na rede. Ele estabelece um grande número de conexões. Ele detém um poder mobilizador. Por isso ele é tão valioso. Quanto maior o número de centros, mais intensos e consistentes tendem a ser as interações e o fluxo de comunicação da rede à qual eles pertencem. Albert-László Barabási foi um dos pioneiros a estudar essa “desigualdade das redes”. Segundo seus estudos, “esses nós (*hubs*) mais importantes agregam dados e informações cruciais, além de serem os responsáveis, muitas vezes, por intermediarem um número considerável de relações que não existiriam se não fosse por eles” (Martino, 2015, p.80). Tendo isso em mente, acredito que o historiador público precisa atuar como um nó dentro das redes sociais. Mas como fazer isso?

Para sobressair nas redes sociais na Internet é preciso ter o que podemos chamar de “atitude de presença”. Refiro-me aqui à capacidade de ocupar estrategicamente uma rede social, tornando-se seu protagonista, ponto de referência e irradiador de informações e debates, sujeito-autor capaz de propor temas e de gerar o engajamento de outros usuários. A “atitude de presença” só existe quando há planejamento, postura ativa, voluntarismo e empreendedorismo. O historiador público deve, para tal, dominar a linguagem das redes sociais – desde a composição do conteúdo até o discernimento de perfis de comportamento e demanda dos usuários, passando por elementos tão diversos quanto fundamentais para quem se debruça sobre esse universo, tais como *desing*, monitoramento e estratégias de divulgação. A “atitude de presença” é, antes de tudo, fazer-se visível, posicionar-se na *timeline* dos usuários. Abaixo, sublinho alguns itens que o historiador público deve considerar em sua atuação nas redes:

a) Elaboração de projeto: esta deve ser a primeira etapa de qualquer empreendimento de História Pública em redes sociais na Internet e envolve diversos subitens: percepção de tendências na historiografia, identificação de lacunas, definição de objetivos, elaboração de um plano de comunicação, definição da identidade visual, tutoriais, regras, público-alvo, abordagens temáticas, duração do projeto, plataformas, estratégias de divulgação e – quando for o caso –, criação e avaliação de cenários de sustentabilidade financeira, entre outros.

b) Formação de equipe: um bom projeto de História Pública em redes sociais na Internet deve levar em conta a formação de uma equipe interdisciplinar de colaboradores. Jornalistas, sociólogos, antropólogos, especialistas em marketing,

designers e programadores são profissionais que podem ser fundamentais para o êxito do projeto.

c) Conhecimento técnico: para se produzir uma boa “atitude de presença” e alcançar visibilidade nas redes sociais, o historiador precisa compreender razoavelmente: linguagem das redes sociais, critérios de produção de texto para a Internet, configuração de *posts* (vocabulário, agendamento, regularidade, frequência, temas, curadoria), possibilidades de multiplataforma, perfis de usuários, comportamentos de comunidades sociais virtuais, princípios de programação e, principalmente, noções de design.

d) Pesquisa digital: a Internet é um grande arquivo, fonte de pesquisa para o historiador contemporâneo, sobretudo o historiador público que atua em redes sociais. Portanto, é preciso conhecer como funciona essa “nova arquivologia”, isto é, os mecanismos de busca, os sites de referências, em resumo, como realizar a pesquisa digital.

e) Gestão de rede: o historiador público em redes sociais na Internet acumula as funções de comunicador e administrador. Neste sentido, por gestão de rede me refiro à capacidade de gerir conteúdos (moderação), pessoas (mediação) e ameaças (*trolls*, *scammers*, vírus, etc.)

Há quase uma década, procurando aprimorar o diálogo entre comunicação e história, minhas duas áreas de formação, desenvolvi uma rede social na Internet chamada Café História. Adiante, faço um breve relato de experiência tendo em vista uma dupla expectativa: compartilhar com o leitor deste artigo o “diário de bordo” desta aventura (na esperança de possibilitar o surgimento de outros projetos do gênero) e, ao mesmo tempo, refletir sobre uma experiência duradoura de um projeto de História Pública em redes sociais virtuais – algo que não é comum, dada a novidade do campo.

Café História: uma rede social de história na Internet

O Café História foi lançado em 18 de janeiro de 2008. O projeto é uma iniciativa pessoal, não patrocinada ou financiada, autossustentável, que surgiu de uma vontade de combinar os campos da comunicação e da história. Na época, envolvido com iniciativas de divulgação de história, identifiquei uma lacuna: faltava, na Internet, uma rede social inteiramente voltada para o debate historiográfico e a divulgação do

conhecimento histórico. Havia grupos de história em redes como o *Orkut*, fóruns de discussão e sites institucionais, mas nada que fosse capaz de agregar de maneira expressiva historiadores e produzir aquilo que Pierre Levy chamou de “Inteligência Coletiva”.⁹ O primeiro passo para ocupar essa lacuna foi a elaboração de um projeto. Esse projeto procurou dar conta das seguintes questões: objetivos, escolha de plataforma tecnológica a ser usada, delimitação temática, público-alvo, identidade visual, plano estratégico de comunicação (desenvolvimento de seções, planejamento de conteúdos, linha editorial) e estratégias de divulgação. Essa primeira etapa consumiu, aproximadamente, quatro semanas de trabalho.

O Café História foi construído em uma plataforma norte-americana chamada *Ning*, lançada em 2004 e desenvolvida pelo experiente Marc Andreessen, criador do antigo navegador de Internet, *Netscape Navigator*. *Ning* é uma palavra chinesa que em português significa “paz”. O *Ning* permite que qualquer pessoa, independente de ter conhecimentos de programação, crie a sua própria rede social. Toda rede construída com a tecnologia *Ning* possui um pacote de ferramentas colaborativas típicas da *Web 2.0*: fóruns, grupos, fotos, vídeos, eventos, *chat*, *inbox*, mural e caixa de texto. Quem se cadastra torna-se automaticamente membro da rede, adquire um perfil e obtém permissão para publicar conteúdos e interagir com os demais conteúdos publicados por outros usuários. Por todas essas opções, escolhi o *Ning* para criar o Café História. Desde o seu lançamento, o Café História possui dois objetivos centrais: facilitar, por meio das ferramentas e da linguagem das redes sociais na Internet, a interação entre historiadores de diferentes perspectivas, origens e campos, e divulgar a história produzida no âmbito acadêmico para um amplo público.

As redes sociais baseadas na plataforma *Ning* tendem a não se diferenciar muito umas das outras, afinal de contas, operam com um mesmo conjunto de ferramentas, modificando-se apenas no que diz respeito ao lugar destas na página principal. O Café História, no entanto, tem uma estrutura diferente e inovadora graças a uma improvisação técnica: as caixas de texto, pouco acionada em outras redes do tipo, foram ali usadas como seções de conteúdo autoral. Esse material é produzido pela administração da rede e por historiadores (quase sempre professores universitários,

⁹ Segundo Levy, “É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Cf. LEVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva – Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Editora Loyola, 1998, p.28.

mestrandos ou doutorandos) convidados na qualidade de colaboradores. A propósito, a formação desta equipe, que é interdisciplinar e flutuante, tem sido vital para o controle de qualidade do Café História. Mas os ganhos são para todos. Para o grande público, membros da rede, é uma oportunidade de acessar mais diretamente nomes importantes da historiografia e de entrar em contato com as últimas pesquisas historiográficas. Para o historiador-colaborador, seu trabalho passa a circular por um circuito nacional e internacional. O sucesso deste sistema de parceria tem feito com que cada vez mais o Café História estabeleça parcerias com instituições de pesquisa e historiadores, além de editoras e universidades. A rede possui hoje as seguintes seções, todas abertas à colaboração especializada: resenhas, entrevistas, artigos, mural e bibliografias comentadas.

Os números do Café História demonstram que o projeto acertou nas escolhas. Em média, o Café História recebe entre três e cinco mil acessos únicos por dia. Em quase nove anos no ar, são mais de 10 milhões de acessos únicos. Os visitantes estão espalhados pelo mundo. No Brasil, os cinco estados que mais acessam o Café História são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Na América Latina, excetuando-se o Brasil, temos na sequência: Paraguai, Argentina, México, Colômbia e Chile. No mundo, excetuando-se a América Latina, encontramos: Portugal, Estados Unidos, Espanha, Angola e Alemanha.¹⁰ Uma pesquisa realizada com os usuários da rede permitiu conhecer melhor o seu público: 57% possui o ensino superior completo ou incompleto; 30% possui especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; 58% possui renda familiar mensal entre três e cinco mil reais; 15% possui renda familiar mensal entre oito e 12 mil reais; 38% possui acima de 40 anos de idade; 55% acessa o Café História semanalmente ou quase todos os dias.

O núcleo central do Café História, após quase nove anos, continua sendo a rede desenvolvida no *Ning*. Lá estão os nossos conteúdos originais e debates. No momento em que este artigo é escrito, a rede possui mais de 61 mil pessoas. No entanto, baseado no princípio de “atitude de presença”, o Café História expandiu bastante sua estrutura nos últimos anos. Essa expansão teve início em 2009, não somente como necessidade de alcançar um público mais amplo e de se consolidar como uma referência em história nas redes sociais, mas também para diminuir sua dependência

¹⁰ Dados obtidos a partir da ferramenta de monitoramento *Google Analytics*.

da plataforma *Ning*. Hoje, o Café História é uma rede social extremamente ramificada. A expansão seguiu a seguinte trajetória: 2009 – *Twitter*, hoje com mais 25 mil seguidores; 2010 – *Facebook*, hoje com mais de 340 mil curtidas; 2012 – *Google Plus*, hoje com mais de 500 seguidores; 2013 – *Youtube*, com o Café História TV, hoje com mais de 5.800 inscritos; e 2014 – *Instagram*, hoje mais mais de 700 seguidores. A gestão dessas redes é fundamental para que não ocorra uma sobreposição de perfis ou uma superexposição da marca. Como cada rede social possui suas especificidades e públicos, elaboramos estratégias diferenciadas. O perfil do Café História no *Instagram*, por exemplo, dedica-se somente à divulgação de literatura especializada. No *Twitter*, privilegamos a divulgação de eventos acadêmicos. No *Facebook*, elaboramos posts com notícias sobre história. De acordo com as ferramentas de monitoramento da rede, é possível estimar que mais de um milhão de pessoas são alcançadas atualmente por conteúdos produzidos pelo Café História¹¹.

No que tange a gestão de conteúdos e de participantes, o Café História já enfrentou diversas ameaças. Um problema recorrente, por exemplo, foram perfis automatizados falsos, chamados *spammers*. Esses perfis entravam na rede e espalhavam conteúdos impertinentes – desde publicidade indesejada em massa até tentativas de golpe. Esta questão foi quase completamente resolvida quando os engenheiros da plataforma *Ning* desenvolveram um sistema inteligente de detecção de *spammers*. Mas ainda hoje é preciso regular cada perfil que faz cadastro na rede. Um problema mais grave foi a presença de neonazistas e negacionistas do Holocausto na rede. Quase sempre anônimos, cadastrados com informações falsas, esses indivíduos atuam na rede como agentes provocadores e desestabilizadores. São pouco numerosos, mas extremamente ativos, a ponto de levar muitos usuários a abandonarem fóruns de debate e até mesmo a rede. Esses casos foram monitorados um a um. Mantendo uma postura firme quanto a discursos de intolerância, preconceitos e racismos, esses membros foram expulsos da rede social após publicarem conteúdos que remetiam a sites de linguagem violenta ou de conteúdo agressivo, o que fere as normas do Café História. Este é um desafio, inclusive, ao historiador público em redes sociais: o extremismo político e o racismo.

¹¹ Dados obtidos a partir das ferramentas de monitoramento *Google Analytics e Facebook Stats*.

Considerações Finais

Minha intenção neste artigo foi promover uma reflexão sobre a relação entre História Pública e as redes sociais na Internet. E, mais do que isso, minha intenção foi indicar porque o historiador público deve se importar com esse recente fenômeno de nossa cultura digital. Em primeiro lugar, porque as redes sociais na Internet alcançam bilhões de pessoas, um público diverso, heterogêneo e participativo, um público que nunca esteve tão acessível ao historiador. Em segundo lugar, porque os participantes das redes sociais, ou melhor, parte desses participantes quer dialogar, participar, interagir com os conteúdos que são apresentados a eles. Esse “desejo de colaboração” é talvez a maior oportunidade que a História Pública já teve para transformar o público em audiência e envolvê-lo efetivamente na escrita da história. Em terceiro lugar, porque as redes sociais são um dos maiores fenômenos históricos de nosso tempo, sendo isso, por si só, já suficiente para justificar a curiosidade do historiador.

Liddington conta que, em conferências recentes, uma ampla gama de profissionais ligados ao campo da história o abordam para contar que até ouvir o termo “historiador público” não tinham percebido o que tinham feito a vida inteira. (Liddington, 2010, p. 32). Ao discutir a relação entre História Pública e redes sociais na Internet, e também compartilhar um pouco da minha experiência com o Café História, espero contribuir para que outros historiadores possam se descobrir historiadores públicos e se aventurar pelas opções que nos trazem as novas tecnologias da informação e comunicação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARNETT, George A. (Ed.). *Encyclopedia of social networks*. Sage Publications, 2011.

BENTIVOGLIO, Júlio. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de História - O caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre: EdUPUCRS e FGV, 2010.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

DAVISON, Graeme. Paradigms of public history. Australian Historical Studies. In: *Australian Historical Studies*, v. 24, n. 96, p. 4-15, 1991.

FOSTER, Meg. Online and Plugged in? *Public History Review*, v. 21, p. 1-19, 2014.

FRISCH, Michael. A História não é uma via de mão única ou de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GERMANO, Marcelo Gomes. *Uma nova ciência para um novo senso comum*. Campinha Grande: EDUEPB, 2011.

GIMBEL, John. *The American Occupation of Germany: Politics and the Military, 1945-1949*. Stanford University Press, 1968.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KELLEY, Robert. Public history: Its origins, nature, and prospects. *The public historian*, p. 16-28, 1978.

LEVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva - Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MARTENS-EDWARDS, Eira. *Social Media During the Egyptian Revolution: A Study of Collective Identity and Organizational Function of Facebook & Co*. Anchor Academic Publishing (aap_verlag), 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Janaína Pereira. *O Futuro Aberto: Jacob Burckhardt, G.W. F. Hegel e o problema da continuidade histórica*. Tese de doutorado. PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados - Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele

Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SPYER, Juliano. *Conectado: o que a Internet fez com você e o que você pode fazer com ela*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

TORRES, Clayton Carlos. O uso das redes sociais na divulgação científica. *Observatório da Imprensa*. Edição 891. Data de publicação: 23/02/1016. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-uso-das-redes-sociais-na-divulgacao-cientifica/> Acesso em: 10/07/2016.

ZHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Bruno Leal Pastor de Carvalho: Doutor em História Social (UFRJ). Professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor-Tutor da graduação EAD em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Consultor em Mídias Sociais da Fundação Roberto Marinho (FRM). Fundador da rede social online Café História (<http://cafehistoria.ning.com>).

Artigo recebido para publicação em: julho de 2016

Artigo aprovado para publicação em: setembro de 2016

Como citar:

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos. "Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História**. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <<http://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.25602.

